



PROCESSO N.º	197.159-0/2025
DATA DO PROTOCOLO	20/2/2025
PRINCIPAL	INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE
GESTORA	SUMAIA LEITE DE ALMEIDA - PRESIDENTE
INTERESSADO	EDUARDO ROBERTO LOPES
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR CONTRIBUIÇÃO
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

II. RAZÕES DO VOTO

5. Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

6. Nesse contexto, a aposentadoria por tempo de contribuição é, em síntese, um benefício previdenciário devido ao segurado que preenche cumulativamente os requisitos legais de tempo de contribuição e período de efetivo exercício no serviço público.

1. Do mérito

7. Conforme relatado, trata-se de aposentadoria por tempo de contribuição, concedida ao Sr. Eduardo Roberto Lopes, servidor do município de Várzea Grande/MT.

2. Análise da Secex

8. A 2ª Secretaria de Controle Externo no Relatório Técnico Preliminar, bem como sugeriu o registro da Portaria n.º 268/2024, do município de Várzea Grande, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 30/12/2024.

3. Parecer do MPC

9. O Ministério Público de Contas, emitiu o Parecer n.º 3.274/2025, da lavra do Procurador-Geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, verificou o preenchimento dos requisitos legais e opinou pelo registro da Portaria n.º 268/2024.

4. Conclusão do Relator





10. No presente caso, a concessão deste benefício previdenciário observou os comandos dos artigos 87, *caput* e parágrafo único, e 86, da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT, e dá outras providências, a Lei Complementar n.º 3.959/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos médicos e odontólogos do município de Várzea Grande/MT, o artigo 27 da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que dispõe sobre a Reestruturação das leis de Carreiras dos Servidores Públicos municipais, e institui novas Tabelas Salariais, a Lei n.º 3.959/2013, o artigo 5º da Lei Complementar n.º 5.220/2024, que alterou as Tabelas Salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

11. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, evidenciando que a Portaria em exame possui respaldo legal e merece o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

12. Por fim, considerando a semelhança do assunto tratado nestes autos com o de outros processos, a fim de otimizar o tempo e garantir uma apreciação mais eficiente das aposentadorias, reformas, transferências para a reserva e pensões, bem como de eventuais retificações desses atos previdenciários, **determino** que o presente processo seja **julgado em bloco**, conforme dispõe o artigo 3º da Resolução Normativa n.º 12/2024 - PP, combinado com o artigo 256 do Regimento Interno do Tribunal de Contas atualizado pela Emenda Regimental n.º 9/2025 (RI-TCE/MT).

III. DISPOSITIVO DO VOTO

13. Ante o exposto, considerando que a Portaria atendeu todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção aos artigos 8º e 53, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 752/2022 - Código de Processo de Controle Externo do TCE/MT, combinado com os artigos 1º, inciso VI e 211, inciso II do RI-TCE/MT, atualizado pela Emenda Regimental n.º 9/2025, acolho o **Parecer Ministerial n.º 3.274/2025**, da lavra do Procurador-Geral de Contas Adjunto **William de Almeida Brito Júnior**, e VOTO no sentido de:

a) **registrar a Portaria n.º 268/2024**, disponibilizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 30/12/2024, que concedeu **aposentadoria por tempo de contribuição**, com proventos integrais e direito a paridade,





ao Sr. **Eduardo Roberto Lopes**, inscrito no CPF n.º ***. 814.***-91, servidor efetivo, no cargo de Odontólogo, classe “B”, nível “10”, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no município de Várzea Grande/MT.

14. É como voto.

Cuiabá/MT, 17 de setembro de 2025.

assinatura digital¹
Waldir Júlio Teis
Conselheiro Relator

¹ Doc. firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

